



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Departamento de Engenharia e Arquitetura

Divisão de Projetos Complementares

## TERMO DE REFERÊNCIA TÉCNICO

### ESTUDO AMBIENTAL DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E LICENCIAMENTO PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

#### 1. UNIDADE REQUISITANTE

Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

#### 2. OBJETO

O objeto da presente contratação é o estudo de área de preservação permanente existente no terreno para futura construção do Fórum de Colombo da comarca da região Metropolitana de Curitiba, bem como licenciamento ambiental para emissão de alvará de construção.

O projeto para o Fórum de Colombo, pertencente a comarca da região metropolitana de Curitiba prevê a construção de 11.938,99 m<sup>2</sup> de área construída. A área do terreno é de 8.590,80 metros quadrados.

ESTATÍSTICA			
DADOS DO LOTE:			
DESCRIÇÃO:			
ÁREA DO LOTE			8590,80m <sup>2</sup>
LOTE: B1	QUADRA: 48	PLANTA: QUADRO URBANO/CENTRO	ZONEAMENTO: ZPAC2
DADOS DA EDIFICAÇÃO		ÁREA COMPUTÁVEL	ÁREA NÃO COMP.
ÁREA A CONSTRUIR SUBSOLO		-----	3.252,07m <sup>2</sup>
ÁREA A CONSTRUIR TERREO (1º pavimento)		2.373,32m <sup>2</sup>	343,31m <sup>2</sup>
ÁREA A CONSTRUIR 2º PAVIMENTO		1936,75m <sup>2</sup>	-----
ÁREA A CONSTRUIR 3º PAVIMENTO		1936,75m <sup>2</sup>	-----
ÁREA A CONSTRUIR 4º PAVIMENTO		1936,75m <sup>2</sup>	-----
CAIXA D'ÁGUA		-----	160,04m <sup>2</sup>
TOTAL		8.183,57m <sup>2</sup>	3.755,42m <sup>2</sup>
VAGAS DE ESTACIONAMENTO			91 VAGAS
ÁREA A CONSTRUIR TOTAL (COMPUTÁVEL + NÃO COMPUTÁVEL)			11.938,99m <sup>2</sup>
TAXA DE PERMEABILIDADE DO TERRENO			2.254,00m <sup>2</sup> - 26,23%
ÁREAS DE PROJEÇÃO			
ÁREA DE PROJEÇÃO TOTAL DA EDIFICAÇÃO A CONSTRUIR (SUBSOLO, SUBESTAÇÃO, CENTRAL DE LIXO, GUARITA)			3.349,56m <sup>2</sup>
PARÂMETROS			
TAXA DE OCUPAÇÃO TOTAL DA EDIFICAÇÃO			39%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (POTENCIAL CONSTRUTIVO MÁXIMO)			0,9525
NÚMERO DE PAVIMENTOS			4 + 1 SUBSOLO
ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO			20,55m
NÚMERO DE EDIFICAÇÕES/UNIDADES ISOLADAS (DENTRE AS EDIFICAÇÕES A SEREM APROVADAS)			1

Figura 1 – Estatística do projeto do Fórum de Colombo





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Departamento de Engenharia e Arquitetura

Divisão de Projetos Complementares

São encargos e obrigações da Contratada:

1. Analisar a existência de área de Preservação Permanente no terreno, devido ao córrego próximo ao terreno, indicado no Levantamento Planialtimétrico e o indicado no Parecer Técnico nº 313/2020 emitido pela Prefeitura do Município de Colombo;
2. Delimitar a área de Preservação Permanente, em planta, decorrente da análise e estudo acima;
3. Indicar solução técnica para viabilização da obra devido ao possível atingimento da área de Preservação Permanente;
4. Indicar a existência de vegetação nativa em outros pontos do terreno que serão atingidas pela futura obra;
5. Elaborar estudo ambiental para licenciamento do projeto e emissão de alvará de corte de árvores, junto aos órgãos competentes;
6. Licenciamento junto aos órgãos ambientais competentes a futura obra e o corte de árvores necessário;
7. Pagamento de taxas de tramitação do licenciamento (taxas do IAT, LP, LI, SINAFLOR, etc);
8. Pagamento de taxa de publicação de súmulas em Diário Oficial e jornal corrente;

### 3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Durante o desenvolvimento do projeto executivo para construção do Fórum de Colombo foi identificada a existência de árvores nativas, bosque de Araucária, o qual seria afetado pela implantação do edifício.

Além disso, conforme parecer técnico da Prefeitura Municipal, haveria interferência da área de implantação da obra com uma área de preservação permanente, a qual por sua vez não é identificada no local pois atingiria até mesmo ruas abertas pela Prefeitura.

Com isso, faz-se necessária a contratação de estudo ambiental especial visando:

- Autorização de corte de duas Araucárias, que deve ser solicitado por responsável técnico (engenheiro florestal ou agrônomo) junto ao Sistema Nacional de Controle da Origem Florestal (SINAFLOR)



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Departamento de Engenharia e Arquitetura

Divisão de Projetos Complementares

- Análise da interferência da edificação com a área de APP, apresentada no Parecer Técnico nº 313/2020, emitido pela secretária Municipal de Meio Ambiente de Colombo, que está anexo ao Relatório de aprovações.

Complementarmente indica a necessidade de constar nesse estudo análise e aprovação de corte para o bosque indicado no levantamento planialtimétrico.

## 4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

### 4.1. Introdução

Para o estudo em questão, solicitamos que haja um responsável técnico nomeado e com habilitação necessária aos serviços escopo do contrato.

As comunicações entre o DEJA-TJPR e a CONTRATADA serão sempre entre o COORDENADOR indicado pela CONTRATADA e o FISCAL TÉCNICO designado pelo Tribunal de Justiça. A cada um está incumbida a responsabilidade do repasse das informações para suas respectivas equipes de trabalho.

O profissional designado como COORDENADOR indicado pela CONTRATADA deve comparecer em todas as reuniões, independente da disciplina.

O E-MAIL PARA CORRESPONDÊNCIAS TÉCNICAS COM O TJPR É SEMPRE:

[projetoscomplementares@tjpr.jus.br](mailto:projetoscomplementares@tjpr.jus.br)

Antes da Ordem de Execução de Serviços devem ser emitidas as respectivas anotações de responsabilidade técnica (ART / RRT) seguindo as seguintes orientações:

- Para todo o projeto/serviço desenvolvido deverá ser emitida uma Anotação de Responsabilidade Técnica;
- O contratante para todos os serviços é o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, CNPJ: 77.821.841/0001-94;
- O local da obra deve ser preenchido corretamente com logradouro, CEP, Município, etc., para o local onde projeto desenvolvido será implantado;
- No campo empresa contratada deve constar o nome da empresa constante no contrato de serviços com o Tribunal de Justiça. Se o profissional contratado for terceirizado, esse campo deverá permanecer em branco;
- O profissional emissor da anotação de responsabilidade técnica deve ser o mesmo nomeado no ato da contratação. Caso haja necessidade de substituição do profissional a mesma deve ser solicitada formalmente ao Tribunal de Justiça, conforme estipulado no documento que gerou a contratação;





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Departamento de Engenharia e Arquitetura

Divisão de Projetos Complementares

- No campo atividade técnica, deve constar o serviço contratado como, por exemplo, coordenação, elaboração de projetos, elaboração de orçamento, etc. Para atendimento deste item é possível que o mesmo profissional tenha que emitir mais de uma anotação de responsabilidade técnica;
- Não serão aceitas as anotações de responsabilidade técnica que apresentem serviços diferentes dos elencados no termo de nomeação para o profissional emissor da respectiva ART / RRT;
- Havendo alterações no andamento dos projetos como área, ou outros, ao final, para assinatura do Termo de Recebimento Provisório, as ART's / RRT's deverão ser ajustadas.

## 4.2. Estudo Ambiental

O estudo ambiental visando a implantação do Fórum de Colombo tem como objetivos:

- Delimitação em planta de provável área de preservação permanente no terreno, considerando o Levantamento Planialtimétrico realizado e Parecer Técnico nº 313/2020 emitido pela Prefeitura do Município de Colombo;
- Elaboração de diagnóstico ambiental de cobertura vegetal no terreno com definição de impactos da futura obra, indicando quais árvores nativas e exóticas poderão ser suprimidas;
- Definição de medidas mitigadoras se necessário;
- Licenciamentos ambientais necessários para emissão de alvará de obra, incluindo autorização de supressão vegetal;

## 4.3. Produtos

### 4.3.1. Responsabilidade Técnica

Deverá ser emitido a respectiva anotação de responsabilidade do responsável nomeado.

### 4.3.2. Relatório de Estudo Ambiental

O estudo deverá gerar um Relatório de Estudo Ambiental contendo no mínimo

- I. Informações gerais
  - a. Descrição geral do empreendimento.
  - b. Requisitos para licenciamento ambiental.



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Departamento de Engenharia e Arquitetura

Divisão de Projetos Complementares

- c. Objeto do licenciamento
- d. Dados do empreendedor
- e. Dados do responsável pelo estudo
- II. Aspectos legais
  - a. Apresentar normas e legislações ambientais aplicáveis ao estudo em questão em níveis federal, estadual e municipal.
  - b. Avaliar e informar as proibições e recomendações, referenciando-as aos instrumentos legais.
- III. Diagnóstico
  - a. Avaliação pormenorizada de problemas encontrados e soluções indicados, com análise de potenciais impactos ambientais
  - b. Quadro quantitativo de supressão vegetal com indicação de espécies nativas e exóticas:
    - i. Individualmente para cada espécime, com diâmetros de troncos maiores que 0,20 m (medido a 1,30 metros do solo), apresentando altura da copa da árvore;
    - ii. Borda do bosque (se houver), contemplando árvores de pequeno porte (com diâmetro de tronco menor de 0,20 m, mensurado a 1,30 metros do solo), indicando-se a altura média da copa destas árvores;
  - c. Indicação e projeto de medidas mitigadoras que se fizerem necessárias, como compensação ambiental.
- IV. Projeto gráfico
  - a. Delimitação da área de APP
  - b. Indicação de toda a cobertura vegetal existente, com tipo e nome de espécies relevantes.
  - c. Indicação de árvores a serem suprimidas, compatibilizado com o Quadro quantitativo

### **4.3.3. Emissão de Autorização de Supressão Vegetal**

Após execução de todo o diagnóstico, e emissão de Relatório, a contratada será responsável pela aprovação de todas as autorizações necessárias para supressão vegetal



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Departamento de Engenharia e Arquitetura

Divisão de Projetos Complementares

para implantação da obra, bem como estudos, relatórios e demais documentos demandados pelos órgãos competentes para essa autorização.

Ficam a cargo da Contratada as taxas de tramitação e publicação que se fizerem necessárias:

1. Pagamento de taxas de licenciamento (IAT, LP, LI, SINAFLO, etc);
2. Pagamento de taxa de publicação de súmulas em Diário Oficial e jornal corrente;

#### **4.3.4. Emissão de outras licenças ambientais necessárias**

Se no diagnóstico for indicado a necessidade de outras autorizações e licenciamentos ambientais para execução da obra, a contratada deverá orientar o Tribunal de Justiça nesses processos. Também é responsabilidade da contratada a especificação de possíveis estudos adicionais que se fizerem necessários.

## **5. CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O prazo para a execução dos serviços, incluindo a aprovação junto aos órgãos competentes é de 60 (sessenta) dias consecutivos, distribuídos em 2 etapas, conforme indicado a seguir, com início a partir da data estipulada na ordem de execução dos serviços, observado o seguinte:

ETAPA 01: Prazo de 30 dias consecutivos - Elaboração dos estudos e laudo com emissão do relatório e ART conforme indicado nos itens 4.3.1 e 4.3.2 deste Termo de Referência.

ETAPA 02: Prazo de 30 dias consecutivos – Aprovação nos órgãos competentes e obtenção das licenças e autorizações necessárias, conforme itens 4.3.3 e 4.3.4 deste Termo de Referência.

Após a entrega de cada etapa, o prazo de execução será automaticamente suspenso para a conferência e aprovação pela fiscalização, que se dará da seguinte forma:

I – Entregue a etapa, a fiscalização terá o prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa, para a conferência. Havendo necessidade de eventuais correções e/ou adaptações, a contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para realizá-las.

II - Após, será realizada nova conferência pela fiscalização, em igual prazo. Contudo, em havendo necessidade de novas correções, em virtude de falha da Contratada (repetição de erros apontados na conferência anterior), não será concedido prazo extra para a sua



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Departamento de Engenharia e Arquitetura

Divisão de Projetos Complementares

realização, sendo o tempo necessário para as correções computado como atraso contratual, passível de ser levado para a Comissão de Apuração de Irregularidades e aplicação de multa contratual.

III – O prazo da etapa ulterior terá início no dia seguinte do recebimento da anterior pela fiscalização, ou mediante liberação por parte da fiscalização. Sendo utilizado o critério dos itens I e II deste parágrafo para todas as etapas constantes do cronograma.

Os elementos a serem entregues constam do Cronograma de entrega de Serviços e Desembolsos, anexo a este Termo de Referência.

## 6. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

O pagamento se dará em uma única parcela, ao final da elaboração de todos os serviços contratados e aceite da Fiscalização.

O Termo de Recebimento Definitivo de Projetos deverá ser assinado em até 90 (noventa) dias da assinatura do Termo de Recebimento Provisório de Projetos.

Somente serão consideradas cumpridas as etapas após a realização das reuniões previstas com a entrega de todos os serviços descritos em cada uma delas, e aceite pelo DEA, sem restar pendências ou correções por parte da Contratada.

Eng<sup>a</sup> Daniele Schneider

Eng<sup>o</sup> Alessandro Odorizzi

Divisão de Projetos Complementares





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Departamento de Engenharia e Arquitetura

Divisão de Projetos Complementares